

Sumário

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	9
Apresentação.....	17
Lista de abreviaturas e siglas.....	19
Introdução.....	27
1. A regulamentação do transporte aéreo e da responsabilidade civil do transportador.....	47
1.1. A regulamentação no plano internacional.....	47
1.1.1. Os pioneiros da aviação.....	48
1.1.2. O início da cooperação internacional.....	52
1.1.3. A Convenção de Varsóvia.....	60
1.1.4. O sistema de responsabilidade civil limitada da Convenção de Varsóvia.....	67
1.1.5. As “certas regras” disciplinadas pela Convenção de Varsóvia....	73
1.1.6. A cooperação internacional e o período pós-Segunda Guerra Mundial.....	75
1.1.7. A crise do Sistema de Varsóvia.....	81
1.1.8. O Protocolo de Haia.....	83
1.1.9. A Convenção de Guadalajara.....	84
1.1.10. A ameaça de denúncia norte-americana e o Acordo de Montreal.....	86
1.1.11. O Protocolo de Guatemala.....	89
1.1.12. Os Protocolos de Montreal 1, 2, 3 e 4.....	91

1.1.13.	A reiterada insatisfação com o Sistema de Varsóvia.....	93
1.1.14.	O Grupo Especial para a Modernização e Consolidação do Sistema de Varsóvia.....	98
1.1.15.	O regulamento europeu para aprimorar a tutela dos passageiros.....	100
1.1.16.	A Convenção de Montreal.....	101
1.1.17.	O sistema de responsabilidade civil da Convenção de Montreal.....	105
1.1.18.	A revisão periódica dos limites indenizatórios	110
1.1.19.	As “certas regras” disciplinadas pela Convenção de Montreal.....	113
1.1.20.	A vigência da Convenção de Montreal	114
1.1.21.	A perpetuação da racionalidade da Convenção de Varsóvia....	118
1.2.	A regulamentação no plano doméstico	119
1.2.1.	O ponto de partida para a consolidação da aviação no Brasil ...	121
1.2.2.	As primeiras fontes normativas	125
1.2.3.	A necessária regulamentação do transporte aéreo doméstico...	127
1.2.4.	O Código Brasileiro do Ar de 1938	130
1.2.5.	Os reflexos da Segunda Guerra Mundial.....	135
1.2.6.	O Código Brasileiro do Ar de 1966	138
1.2.7.	O Brasil em meio à crise do Sistema de Varsóvia.....	143
1.2.8.	A instituição do DAC e da INFRAERO	144
1.2.9.	O Código Brasileiro de Aeronáutica.....	146
1.2.10.	A responsabilidade do transportador segundo o Código de Aeronáutica	149
1.2.11.	A Agência Nacional da Aviação Civil.....	154
1.2.12.	A Resolução n.º 400/2016 da ANAC.....	156
1.3.	A incidência do CDC e do CC/2002 sobre o contrato de transporte aéreo.....	158
1.3.1.	Os fundamentos para a tutela do consumidor.....	160
1.3.2.	A evolução da tutela do consumidor no Brasil.....	165

1.3.3.	Constituição Federal de 1988 e a tutela do consumidor.....	167
1.3.4.	A promulgação do Código de Defesa do Consumidor.....	170
1.3.5.	O direito à efetiva prevenção e reparação de danos.....	175
1.3.6.	O CDC e a tutela dos passageiros-consumidores.....	181
1.3.7.	Os fundamentos do Código Civil de 2002.....	183
1.3.8.	O princípio da reparação integral.....	186
1.3.9.	A tipificação do contrato de transporte.....	188
1.3.10.	As regras gerais do contrato de transporte de pessoas.....	193
1.3.11.	O Código Civil e a tutela dos passageiros de transporte aéreo ...	196
2.	A atividade interpretativa para uma aplicação coordenada das fontes incidentes sobre o contrato de transporte aéreo internacional de passageiros no Brasil	201
2.1.	Superação das aparentes antinomias.....	203
2.1.1.	Desafios na aplicação conjugada das plúrimas fontes incidentes sobre o contrato de transporte aéreo.....	205
2.1.2.	Apanhado histórico do posicionamento doutrinário.....	208
2.1.3.	Apanhado histórico do posicionamento das Cortes de Vértice....	211
2.2.	Superando antinomias a partir da prevalência de certas fontes: os enunciados das teses nos Temas 210 e 1.240 do STF.....	214
2.2.1.	O julgamento dos <i>leading cases</i> do Tema 210.....	215
2.2.2.	Os votos pelo provimento dos recursos.....	217
2.2.3.	Os votos divergentes	224
2.2.4.	O enunciado da tese e a <i>ratio decidendi</i> do precedente.....	226
2.2.5.	Argumentos que fragilizam os fundamentos da tese firmada....	228
2.2.6.	A aplicabilidade imediata do precedente e dúvidas quanto ao alcance em relação aos danos extrapatrimoniais.....	235
2.2.7.	O julgamento do <i>leading case</i> do Tema 1.240	238
2.2.8.	Os Embargos de Declaração no ARE n.º 766.618.....	240
2.2.9.	A possibilidade de ajuizamento de ação rescisória	245

2.3.	Superando antinomias a partir da aplicação coerente e coordenada das fontes: o método da Teoria do Diálogo das Fontes.....	247
2.3.1.	A concepção moderna do Direito	247
2.3.2.	A concepção pós-moderna do Direito.....	251
2.3.3.	Os fundamentos da Teoria do Diálogo das Fontes	253
2.3.4.	O dever do intérprete do direito de “escutar” as fontes em diálogo	256
2.3.5.	As bases da Teoria do Diálogo das Fontes no Brasil	258
2.3.6.	As três modalidades de diálogo.....	259
2.3.7.	A nova concepção de hierarquia, especialidade e anterioridade.....	264
2.3.8.	O método do diálogo das fontes.....	266
2.3.9.	As críticas à teoria e ao método e seus contra-argumentos...	268
2.3.10.	A aplicação pelos tribunais brasileiros.....	272
2.3.11.	A aplicação aos contratos de transporte aéreo.....	281
3.	A tutela integral da pessoa humana no contrato de transporte aéreo internacional de passageiros	287
3.1.	A necessária mudança de paradigma: da proteção do setor à proteção da pessoa	288
3.1.1.	Os direitos humanos e os direitos fundamentais	289
3.1.2.	O princípio <i>pro homine</i> ou <i>pro persona</i>	293
3.1.3.	A Constituição Cidadã e a tutela da pessoa humana.....	296
3.1.4.	O direito do consumidor enquanto direito fundamental e humano	298
3.1.5.	O CDC e a tutela da pessoa humana enquanto consumidora...	303
3.1.6.	A perpetuação do paradigma de proteção do mercado pelo Tema 210	305
3.1.7.	O aumento contínuo do número de passageiros no transporte aéreo	306
3.1.8.	A segurança no transporte aéreo	311

3.1.9.	A falta de correlação entre os danos hoje recorrentes e o risco do ar	322
3.1.10.	Os danos recorrentes e a tutela integral do passageiro	333
3.2.	Inexorável superação da responsabilidade civil limitada: do monólogo aos diálogos entre a Convenção de Montreal e o CDC	335
3.2.1.	A técnica processual do <i>distinguishing</i>	335
3.2.2.	A técnica do <i>distinguishing</i> nas demandas de transporte aéreo	337
3.2.3.	As premissas para a análise de requerimentos de reparação de danos no transporte aéreo internacional de passageiros....	345
3.2.4.	Reparação dos danos extrapatrimoniais	346
3.2.5.	Reparação dos danos materiais	348
3.2.5.1.	Preterição de embarque de passageiro	348
3.2.5.2.	Falha no dever de informação	349
3.2.5.3.	Cláusulas abusivas	350
3.2.5.4.	Práticas abusivas	351
3.2.5.5.	Não cumprimento dos termos da oferta	351
3.2.5.6.	Cobranças indevidas por serviços não contratados...	351
3.2.5.7.	Desistência do passageiro antes de iniciada a viagem	352
3.2.5.8.	Alteração do contrato pelo transportador	353
3.2.5.9.	Transporte de animais de estimação ou de assistência emocional	353
3.2.6.	A concretude ao mandamento constitucional de tutela do consumidor e o desafio quanto aos danos materiais regulamentados pela Convenção de Montreal	355
3.2.7.	As inadequações da tese no Tema 210 do STF	356
3.2.8.	A técnica processual do <i>overruling</i>	362
3.2.9.	Os pressupostos para a superação total de um precedente e a possibilidade de superação da tese no Tema 210	367
3.2.10.	Premissas de um precedente que estimule os diálogos entre fontes	371

Considerações finais.....	381
Referências bibliográficas	389
Referências legislativas e normativas.....	419
Relação de julgados e precedentes citados	429